

Ulysses diz que não quis melindrar Forças Armadas

BRASÍLIA — Sem retirar uma palavra da entrevista que concedera em São Paulo, na quarta-feira, depois de ter-se encontrado com o governador Orestes Quércia, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, repetiu várias vezes que sente "o maior respeito pelos militares" e não teve "a pretensão de melindrar as Forças Armadas" ao chamar de "três patetas" os ministros Lyra Tavares (Exército), Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica) e Augusto Rademaker (Marinha), integrantes da Junta Militar que, governando o país entre o impedimento de Costa e Silva e a posse na Presidência da República de Garrastazu Médici, outorgou a Constituição de 1969.

— Não sou contra os militares nem contra os civis. Sou a favor da democracia. Se os que impingiram uma Constituição goela abaixo do povo tivessem sido civis, eu os condenaria da mesma forma. Todo comportamento autoritário é condenável — afirmou Ulysses, depois de destacar seu bom relacionamento com os ministros militares do governo atual, dos quais se considera amigo pessoal.

Aplausos — Ulysses viveu um dia de glória: recebeu dezenas de mensagens de solidariedade, muitas por telefone, e pela primeira vez foi aplaudido de pé ao entrar no plenário para presidir a sessão da Constituinte. Antes de ele chegar, constituintes comentavam a entrevista da véspera.

"Achei ótima a entrevista, mas ele não deveria ter chamado os militares de patetas, porque vai ter que se desmentir depois", disse o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva. "O Ulysses deve ter razões que a própria desconhece", defendia-o o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. José Genoíno (PT-SP) avisava: "Só sei que vou aplaudir-lo quando ele pisar aqui dentro". Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) disse: "Foi o lançamento de candidatura mais bem bolado que já vi".

Tranquilo — Em seu gabinete, Ulysses, cercado por jornalistas e parlamentares, recebia cumprimentos. "Estou aqui só para dizer que o senhor falou por nós todos", afirmou o deputado Antônio Perosa (SP), que fora antecedido na fila dos cumprimentos pela deputada Ana Maria Rattes (RJ). Atrás, vinha o deputado Robson Marinho (SP), que seguiu Ulysses até o plenário.

Ao chegar ao Congresso, às 15h20min, o presidente da Constituinte foi abordado no elevador por um repórter: "Presidente, os militares vão divulgar uma nota contra o senhor. O que acha disso?" Ele respondeu: "Estou sabendo disso agora por você".

Outro repórter lhe disse que o ministro Antônio Carlos Magalhães condenara os termos de sua entrevista. O deputado limitou-se a dizer que havia "gastado saliva durante 40 minutos" em São Paulo. A um terceiro repórter, que lhe exibiu a nota do ministro do Exército, ele, depois de lê-la, respondeu com o silêncio.

□ O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, distribuiu através do Centro de Comunicação do Exército (Ceconex) nota oficial considerando "infeliz e injusta" a referência feita pelo presidente da Constituinte aos antigos ministros Aurélio de Lyra Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Souza e Melo, da Aeronáutica. Na nota, o ministro Leônidas Pires Gonçalves se limita a afirmar que os três ministros "adotaram, em seu tempo histórico, a decisão que julgaram ser do interesse do Brasil". Segundo o ministro do Exército, o "doutor Ulysses não repetiria hoje a lamentável frase que proferiu em momento de emoção mal administrada". Ainda em sua nota, Leônidas salienta que "nenhum homem público está livre de injustiças de julgamento", e que, por isso, "a impetência na avaliação de fatos passados, esquecendo suas circunstâncias, é desaconselhável".



Ulysses, que teve um dia glorioso, agradece os aplausos

Comissão preparou texto em 69

O ex-ministro Leitão de Abreu, que, a pedido do general Aurélio de Lyra Tavares, auxiliou na revisão da emenda constitucional outorgada em 1969, não atribui unicamente aos três chefes militares a autoria do texto, como fez o deputado Ulysses Guimarães, que chamou os autores de "três patetas". "Antes deles, houve uma comissão de alto nível presidida por Costa e Silva que elaborou um projeto de Constituição. Foi baseada nesse projeto que a junta concretizou a Emenda nº 1", conta.

Ele enumerou os integrantes da comissão: Pedro Aleixo, Rondon Pacheco, Gama e Silva, Hélio Beltrão, Carlos Medeiros Silva, Temístocles Cavalcante e Miguel Reale. Leitão diz que Ulysses Guimarães não está expondo os fatos com objetividade, já que a comissão era constituída por "homens de altíssima respeitabilidade como juristas". "O problema, na realidade, é bem mais complexo", acrescentou.

Ele contou que, exatamente quando a comissão concluiu o projeto de Constituição sobreveio a trombose que vitimou o ex-presidente Costa e Silva. Os ministros Augusto Rademaker, Lyra Tavares (seu cunhado) e Márcio de Souza e Melo resolveram fazer a vontade do presidente doente, aproveitando o texto que estava

pronto. Foi aí que decidiram também manter a Constituição de 1967 e dar a essa reforma constitucional o nome de Emenda nº 1.

Ex-integrante da comissão de alto nível nomeada por Costa e Silva, o professor Miguel Reale Júnior acha que os fatos foram alterados em decorrência da trombose do presidente. "Sempre tive a impressão de que Costa e Silva suspenderia o recesso do Congresso e mandaria o projeto como proposta de emenda constitucional. Sua doença alterou tudo", afirmou.

Ele tem certeza de que Costa e Silva não pensava em outorgar o projeto da comissão de juristas e lamenta que, antes de impô-lo ao país, a junta modificasse o texto em seus pontos essenciais: "Eles fortaleceram em demasia os poderes do presidente da República e introduziram no texto o entulho autoritário que até hoje está aí. A junta aproveitou o nosso trabalho, mas também exacerbou".

Cita como exemplo de artigo enxertado pela junta o que fixa como atribuição privativa do presidente da República "dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal" (81, inciso V). Mas reconhece que a manutenção em vigor do AI-5 foi uma proposta da comissão.

A emenda que instituiu a pena de morte

A Constituição que a Junta Militar outorgou no dia 17 de outubro de 1969 determinou que deputados e senadores poderiam ser processados e presos por crimes inafiançáveis e comuns — terminando com as imunidades parlamentares —, incorporou a pena de morte para os casos de subversão e estabeleceu que, para cessar a vigência dos 14 atos institucionais decretados desde 1964, o presidente da República teria que ouvir o Conselho de Segurança Nacional. Além disso, a Junta praticamente liquidava o cargo de vice-presidente, ao tirar-lhe a presidência do Congresso, uma prerrogativa da antiga legislação.

Tecnicamente chamada de Emenda Constitucional nº 1, a Constituição de 1969 — com data de vigência marcada para 30 de outubro —, seria o produto final do conglomerado de leis e decretos instituídos pelos três ministros militares (Augusto Rademaker, da Marinha; Lyra Tavares, do Exército, e Márcio de Souza e Melo, da Aeronáutica) que governavam o país desde fins de agosto, quando adoeceu o presidente Costa e Silva.



Lyra Tavares



Augusto Rademaker



Souza e Melo

Sua história, porém, sofreu a influência do conturbado período político, com as lutas dos setores de esquerda contra a direita representada pelo governo militar.

No dia 26 de agosto de 1969, o presidente da República anunciou a conclusão da reforma constitucional encomendada ao jurista Carlos Medeiros Silva. O texto, segundo o desejo de Costa e Silva, seria submetido ao Congresso Nacional, fechado desde 1965 e que tencionava reabrir no mês seguinte. Ele teria tentado até incluir a convocação de eleições na legislação, mas sua ideia não obteve apoio. As primeiras apreciações dos militares sobre a nova Carta denotavam decepção em relação a mecanismos considerados fracos demais contra as ameaças do terrorismo e da subversão. A súbita trombose do presidente cortou possíveis negociações em torno do texto.

Ao assumirem, às 21h30min de 30 de agosto de 1969, a chefia do governo, Rademaker, Lyra Tavares e Souza e Melo editaram o Ato Institucional nº 12, oficializando sua investidura no cargo enquanto durasse o impedimento do presidente da República. O caráter temporário da medida foi o motivo alegado para evitar a posse do vice-presidente civil Pedro Aleixo, cujo embarque para Brasília foi vetado com a notícia de uma pane do avião.

Deputado age para ser candidato

Uma frase feliz ou um sinal de que daqui por diante vai se comportar como candidato a uma provável eleição presidencial em novembro próximo? No rarefeito plenário de uma Constituinte que ainda não se recuperou da ressaca do carnaval e nos acarpetados gabinetes dos ministérios e do Palácio do Planalto, as cabeças coroadas da República gastaram parte do seu expediente fazendo a exegese da entrevista em que o deputado Ulysses Guimarães chamou de "três patetas" os ministros militares que outorgaram a Emenda Constitucional de 1969.

O presidente Sarney preferiu comentar com um dos seus assessores as declarações feitas anteontem em São Paulo pelo deputado, sem se fixar na expressão que irritou alguns chefes militares. Sarney observou que Ulysses assumiu a nítida postura de candidato à sua sucessão. Mais importante que o teor das declarações, foi a forma enfática, resolvida, até mesmo dura com que Ulysses as sustentou, frisou Sarney. "Ulysses geralmente é muito calmo e formal, diferente do que vimos agora", disse.

O Ulysses de anteontem em São Paulo não surpreendeu nem um pouco o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Capaz, freqüentemente, de surpreender políticos de sua confiança com o anúncio de lan-

ces que lideranças partidárias ou do governo deverão produzir em um futuro próximo, Covas antecipou, há mais de um mês, o que só agora Ulysses começa a fazer de forma mais clara. "Ele vai apressar o ritmo do processo constituinte para poder apressar seu rompimento com o governo", previu.

O prognóstico de Covas e a constatação feita por Sarney foram confirmados pelo excelente estado de espírito de Ulysses, ontem, aplaudido de pé quando ingressou no plenário da Câmara Federal para presidir mais uma sessão da Constituinte. No seu gabinete de presidente da Câmara, atendeu a mais de uma dezena de telefonemas de senadores e deputados solidários com suas declarações. A um dos seus interlocutores, garantiu que poderá repeti-las, se necessário.

— A entrevista de São Paulo foi o "bye-bye Sarney" de Ulysses — diz o deputado Antônio Brito (PMDB-SP).

Ainda não foi a senha para o rompimento, por enquanto. Foi o sinal mais ostensivo de que ele é candidato à sucessão presidencial e de que acredita que ela ocorrerá ainda este ano. Com sua bordoadada nos ministros militares de 1969, Ulysses agradou às esquerdas em geral e à esquerda do PMDB em particular, alinha com o rumo que o partido possa tomar e tentada a deixá-lo para abrigar-se em outra legenda. Com sua renovada determinação de agilizar e de garantir a integridade do processo constituinte, Ulysses se ofereceu ao país como seu mais notável líder civilista.

Como esboço de plataforma para uma futura candidatura, nada mal. Ele quer apresentar-se

como o principal responsável pelo reencontro dos brasileiros com suas instituições ordenadas e democratizadas, via nova Constituição. Quer ainda, na medida em que se distancia de um governo que fracassou, retomar o discurso tradicional de oposição do PMDB. Só o futuro dirá se é a estratégia mais acertada, mas talvez nem Ulysses nem o PMDB disponham de outra melhor.

Acordo à vista

Qualquer acordo é melhor do que nenhum para a votação do artigo do projeto de Constituição que garante o emprego contra a demissão imotivada, avaliam alguns políticos estreitamente ligados ao senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Covas tudo fará para evitar uma batalha no plenário que poderá servir à reaglutinação do Centro. O deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos negociadores do grupo, não acredita que o governo vote unido a questão da estabilidade, e muito menos que reúna uma maioria de 280 votos. Covas prefere não arriscar.

"Made in Cardoso"

Na discussão sobre quatro ou cinco anos de mandato para o presidente Sarney, o governador de Minas, Newton Cardoso, estuda a oportunidade de sugerir ou não uma nova fórmula que, quando nada, ganharia o prêmio de originalidade. Cardoso acha que a solução em torno do mandato deverá ser negociada pelas várias forças políticas do país — não imposta por qual uma delas. Defende, ultimamente, que a Constituinte conceda seis anos de mandato para Sarney. Em troca, re-

nunciaria ao final do quarto ano e Ulysses Guimarães governaria os dois restantes.

Sarney acertou

O senador Marco Maciel retornou do carnaval em Pernambuco impressionado com o que ouviu entre correligionários e amigos sobre o último pronunciamento do presidente Sarney no programa *Conversa ao Pé do Rádio*. Sarney aproveitou o programa da sexta-feira da semana passada para desancar a decisão da Constituinte de incluir na Constituição disposição que só permite a prisão em flagrante ou por ordem judicial. Disse que isso favorecerá os corruptos e ampliará o clima de insegurança da sociedade. Maciel constatou que a fala de Sarney alcançou seu objetivo. O deputado Jaime Santana constatou o mesmo no Maranhão.

O que Pires quer

De sua conversa com o ministro Leônidas Pires Gonçalves no carnaval de Angra dos Reis, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, recolheu algumas importantes opiniões sobre a maneira pela qual seus camaradas observam o desenrolar do processo constituinte. O senador saiu do encontro convencido de que só existe hoje, verdadeiramente, uma única questão na Constituinte que preocupa a área militar: a anistia, aprovada pela Comissão de Sistematização e que será submetida ao plenário. O ministro sugeriu ao senador que deixe a anistia exatamente como está.

Ricardo Noblat